

O QUE FAZ UM PSICOPEDAGOGO INSTITUCIONAL?

Rafael da Silveira¹

RESUMO: O presente artigo tem por objeto de estudo analisar o que faz um psicopedagogo institucional, a fim de buscarmos a compreensão sobre o seu objeto de atuação no contexto dos processos de ensino e aprendizagem escolar, assim como as dificuldades decorrentes deste processo onde atuam o sujeito, a família, a escola e a sociedade, num contexto sócio-histórico situado. O recorte da temática objetiva enfatizar a importância do Código de Ética do Psicopedagogo para a sua atividade, os processos de assessoramento psicopedagógico que visam delimitar seu campo de atuação, o compromisso da Psicopedagogia para com a escola, a família, a comunidade e a sociedade como um todo, a sua ação em três tempos, considerando o diagnóstico, a avaliação e a intervenção psicopedagógicas, assim como os seus processos de autoria de pensamento, tornando a sua atividade um compromisso com e para o aluno em prol de uma educação de qualidade. Neste sentido, a prática psicopedagógica pode proporcionar através do diagnóstico e da assessoria a busca da superação das dificuldades encontradas no processo de aprendizagem, favorecendo vínculos e parcerias educativas na construção de alunos assíduos, responsáveis, criativos, espontâneos e transformadores da sua própria realidade e contexto. Assim, torna-se importante estimular um contexto educacional que realize a integração dos saberes de maneira interdisciplinar, tão importantes para a inclusão e promoção da aprendizagem considerando o corpo, o organismo, o desejo e a inteligência durante o processo de aquisição dos saberes a exemplo da caixa lúdica que pode proporcionar através de diversos materiais o despertar de estruturas cognitivas do educando, como a atenção, a memória, a concentração e a criatividade como um recurso facilitador dos processos de ensino e aprendizagem. Portanto, a ética psicopedagógica pode servir como um norte para as ações do psicopedagogo na instituição escolar, a fim de tornar a sua atividade um compromisso com e para o aluno em prol de uma educação de qualidade que seja por excelência, inclusiva.

Palavras-chave: Assessoria Psicopedagógica. Ética Psicopedagógica. Práxis Psicopedagógica.

WHICH THE ACTIVITY A PSYCHOPEDAGOGUE INSTITUCIONAL?

ABSTRACT: The purpose of this article is to analyze the activities of an institutional psychopedagogue, in order to understanding of its object in the context of the processes of teaching and learning in school, as well as the difficulties due to this process where the subject, the family, the school and society into a socio-historical context. This study emphasize the importance of the Psychopedagogical Code of Ethics for its activity, the psycho-pedagogical counseling processes that aim to

¹ Pós-graduando em Neuropsicopedagogia (concluí em 2019), Especialista no Ensino de Língua Portuguesa (2017.1), em Psicopedagogia Clínica e Institucional (2015.1) em EAD pela Universidade Candido Mendes (UCAM-RJ) e Graduado em Pedagogia com Habilitação em Orientação Educacional (2013.1) pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC-SC); Atualmente é Professor-Convidado no Curso de Psicopedagogia da Faculdade Anchieta do Recife (FAR-PE), desde 2017.2 e pesquisador dos processos de ensino e aprendizagem escolar.

delimit its action, Psychopedagogy's commitment to the school, family, community and society as a whole, its action in three times, considering the psychopedagogical diagnosis, evaluation and intervention, as well as its processes of authorship of thought, making its activity a commitment with and for the student in favor of a quality education. In this sense, the practice psychopedagogical can provide through the diagnostic and advisory the search of overcoming of the difficulties encountered to the learning process, favoring links and educational partnerships in construction of assiduous students, responsible, creative, spontaneous and transformers of your own reality and context. Thus, become importante to stimulate an education context to conduct the integration of knowledge in a way interdisciplinary, so important for inclusion and promoting the learning seeing the body, the organism, the desire and the intelligence during the process acquisition of knowledge the example of the play box that can provide through several materials the awakening of cognitive structures of the student, as the attention, the memory, the concentration and the creativity as a facilitator resource of teaching and learning processes. Thus, the ethic psychopedagogical can serve as a northward for the actions of the psychopedagogue in the school institution, in order to bring the operation a commitment with and for the student towards of quality education to be for excellence, inclusive.

Keywords: Advisory psychopedagogical. Ethic Psychopedagogical. Praxis Psychopedagogical.

INTRODUÇÃO

O presente artigo intitulado de *O que faz um psicopedagogo institucional?* tem por objetivo principal analisar as principais atribuições que lhe são específicas no espaço-tempo escolar, em um recorte sobre as suas principais funções no âmbito educacional, tendo em vista os problemas decorrentes dos processos de ensino e aprendizagem em que participam todos os atores da escola.

A Psicopedagogia nasceu da necessidade de encontrar as soluções necessárias para os problemas de aprendizagem que ocorrem no meio educacional. Sua história, segundo Bossa (2000), data do ano de 1946, no contexto do pós-guerra na Europa, quando foram fundados os primeiros centros psicopedagógicos por J. Boutonier e George Mauco, basicamente com orientação médica e pedagógica, eram articulados conhecimentos das áreas de Psicologia, Psicanálise e Pedagogia, onde buscavam a readaptação de crianças com comportamentos socialmente inadequados no âmbito familiar e escolar ou com problemas de aprendizagem, apesar de serem inteligentes.

No Brasil, a história da Psicopedagogia tem um caminho percorrido pela ABPp (Associação Brasileira de Psicopedagogia), onde se travou o debate sobre o

seu verdadeiro papel na sociedade brasileira, ao mesmo tempo que procurou fortalecer a sua autonomia nos anos de 1995 a 1996, onde foram elaborados vários documentos importantes, como o código de ética, explicitando seu campo de atuação, sua área científica e seus critérios de formação acadêmica. Como protagonista educacional e participante dos processos de ensino e aprendizagem do aluno/aprendente, o psicopedagogo deve observar atentamente o Código de Ética do Psicopedagogo, no sentido de orientar as suas ações, logo no primeiro capítulo, diz que “[...] é um campo de atuação em Educação e Saúde que se ocupa do processo de aprendizagem considerando o sujeito, a família, a escola, a sociedade e o contexto sócio-histórico (...) fundamentados em diferentes referenciais teóricos”.

No âmbito da busca de seu reconhecimento enquanto profissão, a Psicopedagogia ainda não é regulamentada, mas seu projeto se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, na Câmara dos Deputados Federais, a fim de ser aprovada.

Além de fazer um curso de pós-graduação, como uma ciência que é multidisciplinar, os profissionais da Psicopedagogia devem se conscientizar sobre a necessidade da formação continuada e permanente, e buscando sempre realizar novos cursos nas mais diversas áreas do conhecimento humano, como a linguística, a neurociência, a psicologia, a psicanálise, a antropologia, a filosofia, dentre outras, a fim de conhecer as múltiplas facetas humanas frente a complexidade dos problemas de aprendizagem com que se defronta, na direção da busca de conhecimentos em diversas áreas do conhecimento, que vão muito além das áreas de estudo da psicologia e da pedagogia, no sentido de buscar conhecimentos em áreas como a da linguística (a fim de compreender como se dão os processos de aquisição e desenvolvimento da linguagem oral e escrita), do desenvolvimento neurológico (a fim de compreender suas disfunções orgânicas), dos conhecimentos em filosofia e sociologia (a fim de compreender a ampliar a visão de homem e sociedade, e seu momento histórico), no sentido de construir um amplo repertório teórico capaz de compreender a complexidade dos processos de ensino e aprendizagem humana.

O psicopedagogo atua basicamente sobre os problemas de aprendizagem e de seus processos decorrentes, geralmente situados entre a saúde e a educação, por isso, devemos ter uma atenção especial aos limites da nossa atuação, como

preza o décimo capítulo do Código de Ética do Psicopedagogo, onde afirma que devemos “trabalhar nos estritos limites das atividades que lhe são reservadas”, e encaminhar os casos pertencentes aos outros campos de atuação como para psicólogos, psiquiatras, fonoaudiólogos, dentre outros, acredito que a relevância do trabalho realizado deverá seguir esta orientação e dependerá da consciência profissional de cada um que nela atua.

No contexto dos problemas de aprendizagem do aluno/aprendente e do seu necessário enfrentamento, segundo (BEAUCLAIR, 2011), precisamos refletir na prática psicopedagógica e:

[...] organizar essas ideias. Acredito que é preciso pares de categorias para uma análise mais abrangente: visão totalitária e equilíbrio, casualidade e complexidade, antagonismo e complementaridade, não-contradição e contradição, determinismo e probabilidade, fragmentação e globalidade.

Em resumo, o referido autor entende por *visão totalitária* como aquelas verdades absolutas, sem consciência das ações e dos interesses em jogo e *visão de equilíbrio*, como sendo o olhar voltado para a complexidade das sociedades e de suas contradições; *a casualidade e complexidade* em processos de reflexão sobre o cotidiano escolar, sendo essencial a práxis psicopedagógica em busca de horizontes mais abertos e de experimentações não pensadas e vivenciadas; *o antagonismo* em profunda incoerência entre a teoria e a prática e da enorme disparidade entre os discursos que se produzem em forma de ideais e daquilo que realmente ocorre nos espaços-tempos escolares e *a complementaridade* como uma possibilidade real de superação da dicotomia entre a prática e a teoria; *a não-contradição e contradição* em uma abordagem sistêmica e contingencial pautada sobre o aspecto dialético como possibilidades frente a conflitos e crises; *o determinismo* que tem como premissa que as coisas são assim porque devem ser assim e *a probabilidade* destacando-se daquilo que pode vir a ser, no pensar como alternativa e possibilidade sobre determinada situação-problema; e, por fim, *a fragmentação* onde se instala e impera o individualismo impedindo uma visão do todo que esteja comprometido com a diversidade, a pluralidade e as diferenças e *a globalidade* propondo um olhar crítico ao fenômeno da fragmentação, ao mesmo tempo, que oportunizando novas maneiras de compreender e interagir com a realidade que nos cerca.

É necessário reconhecer que o manejo das dificuldades de aprendizagem no ambiente educacional não se constitui em tarefa fácil e lidar com o insucesso

escolar, o baixo rendimento, as múltiplas implicações para a autoavaliação da criança, da família, dos professores e da comunidade é uma tarefa complexa e desafiadora, que não possuem uma resposta pronta e acabada, o que aponta para a necessidade de buscar alternativas que possam minimizar tal situação. Basicamente, tais dificuldades de aprendizagem são criadas e estereotipadas pela família, pela escola e pelos professores.

1 A IMPORTÂNCIA DO CÓDIGO DE ÉTICA DO PSICOPEDAGOGO

O Código de Ética do Psicopedagogo foi reformulado pelo Conselho da ABPp em sua gestão que ocorreu entre os anos de 2011/2013, tal documento foi fundamental para estabelecer os parâmetros e as orientações básicas para a prática em Psicopedagogia no Brasil. Vale pontuar as questões principais que norteiam as ações do psicopedagogo no contexto institucional, principalmente, quando se refere aos princípios psicopedagógicos, que seu campo de atuação está centrado em Educação e Saúde, ocupando-se dos processos de aprendizagem e considerando como fatores de influência o sujeito, a família, a escola e a sociedade, assim como o seu contexto sócio-histórico; objetiva que a sua atividade deve ter por objetivos específicos, a promoção da aprendizagem em processos de inclusão escolar e social, a propositura de ações frente à dificuldades de aprendizagem, a realização de pesquisas no seu campo de atuação, assim como da mediação de conflitos relacionados aos processos de ensino e aprendizagem educacional; quanto a sua natureza inter e transdisciplinar, é possível reconhecer o seu destaque apontando que os processos de aprendizagem são amplos e complexos e determinados por diversos fatores.

No que se refere ao exercício das atividades psicopedagógicas, recomenda-se que o profissional seja submetido a processos de terapia pessoal, que os honorários sejam tratados previamente entre os envolvidos do trabalho, no sentido de representar uma justa contribuição aos serviços prestados e assegurando-se a devida qualidade das intervenções.

Vale destacar que está obrigado a respeitar o sigilo profissional, protegendo a confidencialidade dos dados obtidos em decorrência do exercício de sua atividade, no sentido de não revelar fatos que comprometam a vida íntima das pessoas, dos

grupos, assim como das instituições em que presta serviço, para tanto, as avaliações psicopedagógicas só serão fornecidas a outras pessoas interessadas, mediante autorização do avaliado ou de seu representante legal.

Deverá atentar-se para manter um bom relacionamento com outros profissionais reconhecendo os diversos campos de especialização, encaminhando-os quando se fizer necessário, ao mesmo tempo que trabalhando de maneira psicopedagógica nos estritos limites das atividades que lhe são reservadas, a saber, os problemas de aprendizagem e as dificuldades decorrentes deste processo.

Quanto as responsabilidades e deveres do psicopedagogo, é seu dever atualizar-se sobre os conhecimentos científicos e técnicos, no sentido de manter um bom relacionamento profissional, com muito respeito e cooperação com outros profissionais, assumindo as devidas responsabilidades dentro da sua atuação e oferecendo uma definição clara do seu parecer sobre as intervenções, preservando a identidade do cliente e mantendo o respeito e a dignidade com todos os atores da escola, também é seu dever colaborar com o progresso da Psicopedagogia.

Devemos atentar para os honorários psicopedagógicos, que entende por infração ética a utilização de títulos acadêmicos, como de especialistas em que não possua, de permitir que outros realizem ações as quais não estejam habilitados, de utilizar falsas declarações sobre as situações psicopedagógicas de seu cotidiano, de usar meios quaisquer para encaminhar ou desviar clientes para si, de exercer e receber vantagem imprópria por serviços que não tenha realizado, assim como de delegar assinaturas ou induzir que outros a façam por procedimentos que não estejam habilitados a exercer.

Por isso, deve evitar os *achismos* que não devem fazer parte da sua prática profissional, buscando seguir tais princípios do código de ética que se tornam fundamentais para a práxis psicopedagógica em uma perspectiva crítica e reflexiva capaz de proporcionar alternativas e possibilidades frente as dificuldades de aprendizagem, no sentido de nortear as suas ações numa boa conduta profissional em forma de diretrizes para o exercício da profissão.

2 ASSESSORAMENTO PSICOPEDAGÓGICO

Como já mencionado anteriormente, a Psicopedagogia tem procurado

sistematizar um corpo teórico próprio de pesquisa e investigação sobre o fenômeno da aprendizagem humana, a fim delimitar o seu objeto de estudo e campo de atuação, por isso recorre a várias áreas do conhecimento humano de maneira inter e transdisciplinar, como a Psicologia, a Psicanálise, a Linguística, a Fonoaudiologia, dentre outras, seu assessoramento busca aberturas de interação que se encontram sobre o aspecto da práxis psicopedagógica, numa relação entre teoria e prática, tendo por objetivo principal o favorecimento da aprendizagem do educando.

Quanto ao saber e o fazer psicopedagógicos, segundo Coll (1989 apud Ferreira, 2008), nos aponta um conjunto de quatro tarefas no cotidiano educacional ao aspecto atitudinal de assessoramento quanto aos objetivos da intervenção, cujas tarefas se centram prioritariamente no aluno e secundariamente no contexto educacional, aos aspectos vinculados ao currículo e a organização institucional; quanto aos objetivos das respectivas modalidades da intervenção, que podem ser consideradas como corretivas, preventivas e enriquecedoras, caracterizando determinado momento e modificando-se posteriormente, se necessário for; quanto aos objetivos dos modelos de intervenção, que embora visem suas ações centradas nos aluno/aprendentes, podem trabalhar diretamente com ele, orientando-o individualmente, podem também combinar momentos de intervenção direta com intervenções indiretas; e, por fim, quanto a indicação do lugar preferencial da intervenção, numa diversidade de níveis e contextos em tarefas localizadas no nível de sala de aula, em algum subsistema dentro da escola, na instituição em seu conjunto, assim como às ações que se dirigem ao sistema familiar, à zona de influência, dentre outras.

O assessoramento psicopedagógico nas escolas baseia-se, em boa medida, em responder as demandas que surgem no seu cotidiano, seja por um docente, uma equipe educacional, um diretor, uma família, referindo-se a problemas que precisam ser resolvidos, situações suscetíveis de modificação, temas que devem ser trabalhados ou conflitos a solucionar.

Devemos atentar-nos sobre quem a formula, quem a recebe e o contexto em que ocorre e o conteúdo de que trata, no sentido de buscarmos uma reflexão séria sobre as suas finalidades e intenções prévias para não ser equivocada e sem sentido. Geralmente, são formuladas as seguintes demandas ao psicopedagogo, como *Este aluno não consegue aprender?*, e *Você pode nos dizer como agir neste*

caso?, e *O que fazer para motivar este aluno?*, e ainda, *O que devemos fazer com os problemas de comportamento de ...?*, poderemos buscar uma reflexão comprometida sobre a sequência didática em sala de aula, a flexibilização do currículo, o modelo inclusivo de ensino escolar, os processos de mudanças metodológicas, a facilitação dos procedimentos de ajuste à diversidade dos aluno/aprendentes, os contextos educacionais mais saudáveis e ainda sobre a análise da organização e do funcionamento das escolas.

Segundo (BONALS; GONZÁLEZ, 2008), independentemente de quem a formule, em cada situação é preciso ter presentes as pessoas envolvidas e aquelas que devem estar informadas sobre a problemática em questão, com os relatos de aprendizagem adquiridos em acompanhamentos e dinâmicas psicopedagógicas e o devido sigilo profissional.

Geralmente as demandas psicopedagógicas propriamente ditas surgem de inquietações dos professores, das famílias, dos próprios aluno/aprendentes ou de um profissional envolvido direta ou indiretamente no caso em questão, diferentemente dos encargos, que são contratos e obrigações firmadas pela Secretária da Educação.

Durante o assessoramento psicopedagógico em geral e na recepção das demandas de casos em particular, devemos ter um cuidado especial na regulação do tempo de espera, a fim de que não se crie inconvenientes para ninguém e que deva assegurar que se cumpram as condições necessárias em cada caso para uma ótima resolução do problema, devendo possibilitar um tempo e um espaço adequado para a recepção da demanda, a escuta atenta do seu formulador, sobre o que questiona, o que necessita, para que no pós-atendimento o psicopedagogo verbalize de forma mais clara possível aquilo que pode oferecer, no seu entender, no sentido de delimitar as expectativas, o interesse, a disponibilidade e o estado emocional de quem formula a demanda, assim como das possibilidades de intervenção.

A partir do diagnóstico psicopedagógico será possível identificar os obstáculos do desenvolvimento do processo de aprendizagem através de técnicas específicas de análise do discurso, das atitudes, da codificação de sintomas, da psicossomática da aprendizagem, da avaliação das intervenções, de suas variáveis, num processo constante de reavaliação dos mesmos em processos que não terminam.

Sobre o tratamento e a assessoria psicopedagógicos, deve-se identificar a fragmentação dos conhecimentos, as atitudes pedagógicas, a construção que o aluno reproduz da imagem do professor e vice-versa, sobre a ideologia da realidade, dos mitos e símbolos, na direção da implantação de recursos preventivos no cotidiano escolar, assim como da investigação de diferentes metodologias sócio-pedagógicas, histórico-antropológicas e etnológico-educativas.

Portanto, o assessoramento psicopedagógico deve se comprometer em criar um clima harmonioso nos grupos de trabalho, de colaborar com a construção do conhecimento, de identificar os obstáculos nos processos de aprendizagem e desenvolvimento da criança, de implantar recursos preventivos (conscientizando os conflitos da fragmentação do conteúdo), e principalmente, dirigir-se ao aluno como aprendiz e ao professor como ensinante, clareando papéis e tarefas no grupo educacional, possibilitando a mudança de papéis, o rodízio de liderança e o aprender a delegar em clima de autonomia e cooperação, procurando contribuir para a conscientização da importância do ato educativo, através de uma prática transformadora.

O fazer psicopedagógico se exerce nos macrosistemas em que se encontram a escola, a família, a comunidade e de toda a sociedade, na relação que se estabelece nos contextos sociais, culturais, políticos, econômicos, tecnológicos e científicos que se relacionam numa rede complexa e intersubjetiva do ser-estar-sentir e agir do ser humano, ao mesmo tempo em que se inter-relacionam às ações nos microsistemas educacionais, na relação que se estabelece entre professor/aluno, aluno/aluno e demais protagonistas e da família na relação entre pais/responsáveis e filhos.

Segundo Beauclair (2009), uma das maiores tarefas no campo de atuação em Psicopedagogia para promover a aprendizagem humana é a de construir uma cidadania possível que aponte para os movimentos interculturais e a sua diversidade nos diversos contextos em que atua com ética psicopedagógica através dos valores de respeito, de tolerância, de equidade, de justiça e de solidariedade humana, dirigindo o nosso olhar atento e escuta sensível para buscarmos compreender o que o outro deseja transmitir através do olhar, da fala e das ações, tão únicos e singulares em cada sujeito aprendiz.

Esta cidadania possível remete a análise do contexto sociocultural em que

vivem os sujeitos aluno/aprendentes e professor/ensinantes, considerando todos os agentes que interferem no processo de ensino e aprendizagem, no sentido de valorizar a diversidade dos sujeitos, não esquecendo a densidade do cotidiano que deve ser observado em detalhe, naquilo que está implícito, numa relação de proximidade e também de certa cumplicidade, tão fundamentais para a práxis psicopedagógica.

Nas escolas, as ações de assessoria psicopedagógicas poderão estar voltadas para a coordenação e os professores, para os próprios professores entre si ou mesmo entre os próprios alunos, também podem abranger ações em tarefas localizadas no nível da sala de aula, em algum ano ou conjunto de alunos que apresentam algum problema de aprendizagem, a fim de promover espaços alternativos de construção do conhecimento com ações e dinâmicas específicas voltadas para esta finalidade. Para tanto, deve possibilitar a intervenção com o intuito de solucionar os problemas de aprendizagem tendo como eixo norteador o aluno, buscando a realização de um diagnóstico e intervenção psicopedagógicas e utilizando métodos, instrumentos e técnicas próprias da psicopedagogia institucional.

Vale destacar que deve desenvolver pesquisas investigativas e estudos científicos relacionados ao processo da aprendizagem humana e refletir sobre a sua atuação nos problemas de aprendizagem, a fim de levantar discussões e oferecer assessoria psicopedagógica adequada em cenários escolares, assim como de proporcionar o reconhecimento social da profissão do psicopedagogo, segundo a ética psicopedagógica.

Sobre o sistema familiar e sua zona de influências sobre o aluno/aprendente, vale destacar que o psicopedagogo deve se posicionar na relação entre família/escola de maneira que coopere e acompanhe os ciclos de convivência e interação com ênfase ao aspecto da inclusão educacional, principalmente, porque a maioria das crianças que necessitam de ajuda extra-familiar apresentam dificuldades de relacionamento com o mundo e consigo mesma.

Sobre os estereótipos criados pela família e também pela escola/professores, Carvalho (2009), nos diz que os psicopedagogos precisam conhecer a causa das dificuldades para encontrar meios de ajudar o aluno e não para excluí-lo ainda mais, porque quando o aluno é encaminhado por outro profissional a exclusão já ocorreu no pós-diagnóstico, em expressões como: *Com este aluno, fulano já fez de tudo e não*

deu jeito! Ele não sabe nada, mas O que significa este tudo? Como esse tudo foi realizado? existe mesmo a dificuldade de aprendizagem ou foi instalada nos processos de ensinagem.

Portanto, é possível afirmar que os processos de ensino e aprendizagem são multifatoriais e complexos e se inter-relacionam com a inteligência, o corpo, o desejo e o organismo, tendo cada indivíduo aprendente o seu próprio jeito e tempo para processar sua aprendizagem e onde estão envolvidas as relações afetivas e emocionais durante toda a aprendizagem.

Por isso, torna-se fundamental para a práxis psicopedagógica a prática do diálogo com as crianças como um hábito no espaço escolar, com o intuito de buscar uma compreensão de suas angústias, inquietações, desejos e ansiedades que demonstram os mecanismos de aprendizagem de cada um, na direção do resgate da sua auto-estima e construção do conhecimento.

3 UMA AÇÃO EM TRÊS TEMPOS: O DIAGNÓSTICO, A AVALIAÇÃO E A INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICAS

Como possibilidade de análise reflexiva sobre a práxis psicopedagógica, Fantova (2005), enfatiza as seguintes competências na prática psicopedagógica, como a capacidade de gerir problemas, a capacidade de negociação, a gestão adequada da informação, a capacidade de adaptar-se a contextos mutantes, a autonomia e a responsabilidade, a atitude construtiva e tolerante, no sentido de colaborar com processos de ensino e aprendizagem mais inclusivos.

Neste sentido, pode-se afirmar que a gestão de problemas envolve a capacidade de agir diante de conflitos e buscar ativamente soluções possíveis, a capacidade de negociação envolve a capacidade de buscar soluções integradoras para as partes envolvidas em um intercâmbio satisfatório de recursos, a capacidade de gerir informações envolve a capacidade de liderança, sendo difusor e porta-voz da opinião de um grupo de pessoas nas diversas situações-problemas encontradas, a capacidade de adaptação aos contextos mutantes envolve a capacidade de atualização em processos constantes de formação continuada para as exigências que se apresentam no cotidiano, sendo polivalente e flexível e com atitude de tolerância e capacidade construtiva positiva, mantendo-se o senso crítico que

possibilite uma resposta adequada que não seja nem agressiva e nem inibidora, ao mesmo que delegando responsabilidades a todos os atores pertencentes ao grupo escolar.

Quanto aos tempos do diagnóstico, da avaliação e da intervenção psicopedagógicas, vale destacar que em demandas referentes aos casos de aluno/aprendentes, deve-se inicialmente considerar o seu contexto global e os diferentes fatores que entram em jogo na situação-problema, por isso, a importância da escuta atenta e do observar sensível refletindo sobre o enunciado e a escuta da demanda, no sentido de planejar uma intervenção condizente a esta realidade observada e, principalmente, com a finalidade de proporcionar a inclusão e a promoção da aprendizagem aos envolvidos no processo.

Após uma avaliação inicial, o psicopedagogo deve elaborar as hipóteses diagnósticas geralmente centradas no próprio sujeito nos aspectos orgânicos e afetivo-cognitivos; nos aspectos psicológicos, onde deverá encaminhá-lo a um psicólogo com relatório especificando a situação encontrada; nos aspectos familiares, de como aprendeu a aprender; nos aspectos de criação de vínculo com a construção do conhecimento, assim como nos aspectos da própria escola, centrados na relação professor/aluno, da inadequação metodológica e didática do ensino e da sua instrumentalização, uma tarefa mais difícil porque o professor/ensinante trabalha com muitos alunos.

Destaca Paín (1992), que devemos desmitificar as fantasias da cura, desde o desenvolvimento que se inicia na entrevista devolutiva e estende-se por todo o tratamento e acompanhamento psicopedagógicos, sendo a observação o recurso mais eficaz para a coleta de novos dados e novas situações relacionadas pelo aluno/aprendente, que podem aparecer no diagnóstico e no pós-diagnóstico, sendo possível compromissar o próprio indivíduo das suas dificuldades de aprendizagem, assim o psicopedagogo esclarece o seu papel na intervenção, que está disposto para auxiliá-la.

A caixa lúdica com diversos materiais e outras coisas pessoais do aluno/aprendente que ela mesma coloca na caixa é um ótimo recurso de intervenção e diagnóstico psicopedagógico, tendo como objetivo lúdico despertar estruturas cognitivas como a atenção, a memória, a concentração, a criatividade, por exemplo, começando pelo trabalho com jogos que de certa forma atuam como facilitador da

aprendizagem.

Em Porto (2009), é possível observar que o trabalho não termina com a constatação da dificuldade de aprendizagem que ocorre pelo diagnóstico psicopedagógico e que é nos processos de intervenção que são oferecidos o suporte necessário para a construção da aprendizagem, considerando as condições emocionais, de autoestima, de perder e ganhar, reelaborando a reconstrução da personalidade para que o aluno/aprendente consiga enfrentar a vida com mais confiança e segurança.

Portanto, pode-se afirmar que os processos de avaliação psicopedagógicas são contínuos no diagnóstico e no pós-diagnóstico porque o aluno/aprendente sempre estará construindo novos saberes e oferecendo novas respostas às diferentes situações de aprendizagem oferecidas a partir de diferentes instrumentos de avaliação em que se considere seus aspectos afetivos, cognitivos e emocionais.

Quanto aos processos de autoria do pensamento, Beauclair (2001), aponta sete competências básicas que considera fundamentais para a práxis psicopedagógica, e são: a capacidade de articulações e correntes teóricas contemporâneas, numa busca permanente da teoria em prol de novas práticas profissionais; a compreensão da trajetória evolutiva humana em todos os processos complexos da atividade humana; a capacidade de ser um pesquisador permanente e um intelectual com inquietação e curiosidade na busca dos saberes necessários à prática da Psicopedagogia; a consistência da sua formação humanística ao longo da vida; a busca pelo comprometimento do reconhecimento da Psicopedagogia como profissão e valorização em nossa sociedade e cultura; o devido compromisso ético e político com a Educação e, em especial, para com a profissão; e, por fim, a capacidade de gestão da atitude humilde de ser um eterno aprendiz, observando os diferentes aspectos da realidade e de sua complexidade com um senso crítico, com uma escuta e olhar sensível aos que estão no seu processo de ensino e aprendizagem.

Quanto aos processos de ensino e aprendizagem educacional e a construção de saberes através da autoria de pensamento, segundo (FERNÁNDEZ, 1990, p. 52), “O conhecimento não pode ser transmitido diretamente em bloco. O ensinante transmite-o através de uma *enseña*. Necesita-se um modelo, um emblema do conhecimento. Se escolhe uma situação, se faz um recorte [...]”, neste sentido a

autora admite que ao mesmo tempo em que se ensina e transmite o saber sistematizado, também se ensina e transmite a ignorância do saber fragmentado.

Além de considerar o problema da fragmentação do conhecimento transmitido em bloco, os processos de ensino e aprendizagem também se relacionam diretamente e em interação com fluídos que se instalam entre o corpo, o organismo, o desejo e a inteligência dos indivíduos durante o processo de aquisição do saber, seja pelo aluno/aprendente ou professor/ensinante.

Fernández (2001), considera a relação de reciprocidade entre o pensar, o possível, o provável, o desejo, a autoria e a decisão em processos de aquisição da aprendizagem, no sentido de que o pensamento não pode ser autônomo se estiver desvinculado do desejo e das formas inconscientes de manifestação, defendendo a tese de que o ato de pensar e o ato de desejar se inter-relacionam, enfatiza que a função do professor é de tentar ou provocar o conhecimento e aceitar que seus alunos conhecem, assinalando que a apropriação do objeto do conhecimento e a atitude criativa requer certo grau de agressividade saudável, assim como a alimentação necessita daquele que quer comer, o processo de mastigação.

Portanto, é necessário buscarmos incorporar novos saberes e conhecimentos para a práxis psicopedagógica nas diversas áreas do conhecimento humano sobre o corpo, o organismo, o desejo e a inteligência, que são os principais níveis que se relacionam com o aprender, no sentido de que cada sujeito, em seus processos de aprendizagens, possui as suas próprias modalidades de aprendizagem, o que quer dizer que cada um, em sua individualidade, possui suas próprias condições, seus limites e meios para acessar os conhecimentos e construir novos saberes de forma progressiva e contínua, a fim de que seja possível, aluno/aprendentes e professor/ensinantes, sair do lugar de passivos e meros reprodutores de um modelo previamente determinado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível concluir no artigo intitulado de O que faz um psicopedagogo institucional, que o Código de Ética do Psicopedagogo é um documento muito importante para o profissional de Psicopedagogia, no sentido de nortear as práticas profissionais com princípios que devem ser observados atentamente pela categoria,

no primeiro capítulo, logo delimita seu campo de atuação em educação e saúde, com sua atividade voltada para os processos de ensino e aprendizagem e interfaces em contextos de influência como a família, a escola e a sociedade como um todo.

Sobre o assessoramento psicopedagógico nas escolas, vale pontuar que as ações do psicopedagogo devem responder as demandas que surgem no seu cotidiano educacional, entendendo o processo de ensino e aprendizagem como complexo e multifatorial, ao mesmo tempo que buscando o conhecimento científico transdisciplinar, com uma equipe de profissionais diversificada para atender as necessidades, entendendo que as ações de planejamento, avaliação, intervenção e diagnóstico são cíclicas e nunca serão definitivas ou estáticas, mas que sempre estarão em movimento, no sentido de acompanhar o desenvolvimento do aluno/aprendente.

E, por fim, vale enfatizar o compromisso da Psicopedagogia com a inclusão social, na promoção da aprendizagem e qualidade do ensino, por isso, é necessário enfrentarmos os desafios que se apresentam à escola nos dias atuais, acompanhando a aprendizagem dos aluno/aprendentes e nos comunicando positivamente a favor do aprendiz nessa interação entre a escola, a família, a comunidade e a sociedade como um todo, na busca do reconhecimento da profissão e da valorização de sua atuação nos espaços-tempos escolares, em processos de construção da autoria de pensamento.

REFERÊNCIAS

BEAUCLAIR, João. **Para entender psicopedagogia: perspectivas atuais, desafios futuros**. 3. ed. Rio de Janeiro: Wak, Ed., 2009.

_____. **Psicopedagogia: trabalhando competências, criando habilidades**. 4. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

BOSSA, Nadia A. **A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

BONALS, Joan; GONZÁLEZ, Ângela. **A demanda por avaliação psicopedagógica**. In: SÁNCHEZ-CANO, Manuel; BONALS, Joan. **Avaliação psicopedagógica**. Trad. Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2008.

CARVALHO, Maria. **A trajetória da psicopedagogia, suas contribuições e limites**. Disponível em: http://www.psicopedagoga.org/index.php?option=com_content&view=frontpage&Itemid=1 Acesso em: 26 jun. 2018.

FANTOVA, Francesc Marro. O psicopedagogo na área de recursos humanos das organizações. *In*: IGEA, Benito del Rincón. **Presente e futuro do trabalho psicopedagógico**. Porto Alegre: ArtMed, 2005.

FERREIRA, R. T. da S. **Importância do psicopedagogo no ensino fundamental**. Blogspot, 2008.

FERNÁNDEZ, Alicia. **A inteligência aprisionada**: abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família. Trad. Iara Rodriguês. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

_____. **O saber em jogo**: a psicopedagogia propiciando autorias de pensamento. Trad. Neusa Kern Hickel. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

PAÍN, Sara. **Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem**. Trad. Ana Maria Netto Machado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

PORTO, Olivia. **Bases da Psicopedagogia**: diagnóstico e intervenção nos problemas de aprendizagem. 4 ed. Rio de Janeiro: Wak, 2009.

PSICOPEDAGOGIA, Associação Brasileira de. **Código de Ética do Psicopedagogo**. Disponível em: http://www.abpp.com.br/documentos_referencias_codigo_etica.html Acesso em: 24 jun. 2018.